



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS - IHL**  
**BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

**THAIS MARIA EVANGELISTA SOARES**

**VIOLÊNCIA, GÊNERO E RURALIDADE: UM ESTUDO DE CASO ENTRE  
MULHERES DO MUNICÍPIO DE BARREIRA/CE.**

**REDENÇÃO- CE**

**2018**

THAIS MARIA EVANGELISTA SOARES

VIOLÊNCIA, GÊNERO E RURALIDADE: UM ESTUDO DE CASO ENTRE  
MULHERES DO MUNICÍPIO DE BARREIRA/CE.

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaina Campos Lobo

REDENÇÃO – CE

2018

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>8</b>
<b>4.1</b>	<b>Objetivo geral .....</b>	<b>8</b>
<b>4.2</b>	<b>Objetivos específicos .....</b>	<b>9</b>
<b>5</b>	<b>HIPÓTESE.....</b>	<b>9</b>
<b>6</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>10</b>
<b>6.1</b>	<b>Gênero e ruralidades .....</b>	<b>11</b>
<b>6.2</b>	<b>Violência de gênero .....</b>	<b>13</b>
<b>6.3</b>	<b>Políticas públicas para conter a violência de gênero .....</b>	<b>17</b>
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>19</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em meio a uma sociedade patriarcal e capitalista é possível perceber que a mulher, assim como outros indivíduos, são afetadas constantemente com o preconceito, o machismo e a violência de gênero.

A luta contra a normalização da violência contra a mulher teve início por volta dos anos 70, quando um grupo de mulheres lutaram pela redefinição do papel da mulher na sociedade. É importante ressaltar que, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, fundada em 1948, só identificou a violência contra a mulher como uma violação aos Direitos Humanos em meados de 1993, esta demora para com o reconhecimento das violências que ocorrem contra a mulher mostra uma negligência.

No Brasil a violência de gênero é resultado de um contexto histórico da organização de gênero na sociedade, que em territórios interioranos possui características e fatores históricos diferentes da violência contra a mulher urbana, mas a normalização dessa violência através do matrimônio pode ser visualizada tanto nas vítimas pertencentes a extensões urbanas ou rurais.

A invenção do poder masculino de sobreposição a mulher nos territórios interioranos ainda possui fortes raízes, a mulher para ser reconhecida neste espaço necessita da presença do homem.

Os déficits presentes no combate a violência contra a mulher atingem com maior força mulheres de municípios interioranos, a falta de estrutura e atendimento especializado para a efetuação da denúncia torna-se um obstáculo para que ela efetue a denúncia. Esta situação agrava-se ainda mais para as mulheres residentes no campo, pois “em contraste com as cidades, onde as estudiosas reclamam sempre da insuficiência de serviços, no campo, a ausência de centros de referências, casas-abrigo e delegacias especializadas é muito mais” (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010, p. 66).

Este projeto de pesquisa abordará como questão principal as violências expressas para com a mulher interiorana, proporcionando uma visibilidade a esta problemática pouco discutida, mas que é enfrentada diariamente por tais mulheres.

O objetivo deste projeto de pesquisa é compreender a violência contra a mulher no território interiorano de Barreira/CE e verificar a hipótese de invisibilidade social neste local para com este tema.

As motivações para transformar esta questão da sociedade em objeto pesquisa surgiu em virtude de minhas observações dos diferentes tipos de violências contra a mulher, suas diferentes intensidades e as irregularidades nas formas de acolhimento às vítimas e de punição para com o agressor em territórios interioranos.

Este tema possui como relevância social uma proposta de discussão da condição feminina em espaços que não sejam apenas urbanos, colocar em foco a violências de gênero na cidade interiorana de Barreira, além de desbravar um novo e amplo campo de pesquisa.

## **2 JUSTIFICATIVA**

A motivação para escolher a violência contra a mulher interiorana e a hipótese de invisibilidade social deste tema em um contexto não urbano, como objeto

de estudo desta pesquisa ocorreu por considerar essenciais os avanços em estudos sobre gênero e violência nestes contextos.

Os relatos de mulheres que ouvi ao longo de minha vida como integrante de uma sociedade interiorana demonstram que estas mulheres sofrem ou já sofreram com a violência de gênero; sendo que muitas mulheres não sabem que estas ações consistem na violação dos seus direitos, direitos estes que por muitas são desconhecidos.

Pesquisar esta temática considerando a realidade de uma cidade interiorana possui relevância para a área das Ciências Sociais, a exploração deste campo é fundamental para que outros pesquisadores efetuem pesquisas sobre este tema e busquem também compreender as questões que envolvem a mulher interiorana e a violência perpetrada contra ela.

A relevância social de se produzir pesquisas neste campo é fundamental para a promoção de uma ampla compreensão da não superioridade de um gênero sobre o outro, também para o desbravamento desta realidade que aprisiona a população feminina em relacionamentos abusivos e/ou agressões intrafamiliar em contextos não-urbanos.

Pesquisar sobre a violência de gênero especificamente em uma cidade interiorana possui uma grande relevância para a área das Humanidades, especialmente para empreender novas perspectivas para a área de gênero e os debates sobre equidade. Igualmente, busca-se verificar como que, na prática, as normativas de proteção às mulheres vítimas de alguma violação chegam no contexto não-urbano.

### **3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA**

Diante da existência de uma série de expressões de violência contra a mulher, este projeto dispõe-se a compreender a violência de gênero em um município

interiorano, especificamente em Barreira – CE. Trata-se de um território que fica localizado no interior do estado cearense, em meio à região do Maciço de Baturité.

Este trabalho visa identificar quais são as políticas públicas desenvolvidas para amparar as mulheres vítimas de agressões verbais, de violências psicológicas, de violência de gênero, de assédio sexual, moral ou no trabalho como investidas violentas e sexistas e quantas dessas ações de acolhimento a vítima chega com sua totalidade e eficácia no município de Barreira.

Dentre o referencial adotado nesse estudo, daremos maior ênfase para Saffioti (1995); Debert e Gregori (2008) e Scott, Cordeiro e Menezes (2010), que serão a base teórica fundamental para a nossa pesquisa, pois estas debatem sobre a violência de gênero, o estado de vulnerabilidade da mulher à violência e a “normalização” da violência contra a mulher nos espaços sociais.

De acordo com Saffioti (1995), no espaço social os homens cometem violências e são violentados, mas no âmbito privado eles assumem a condição de violentadores e opressores fazendo uso da força física ao seu favor e em detrimento da mulher, com isto o espaço familiar<sup>1</sup> se torna um local de intensa impetuosidade para as mulheres e as crianças que ficam subordinados a este espaço de opressão e violações do corpo da mulher/da criança<sup>2</sup>.

O machismo e conseqüentemente a condição de subalternidade colocados para a mulher na sociedade, foram fatores resistentes de contribuição para a perpetuação da criminalização do corpo feminino, das violências disparadas contra a estes corpos e da atribuição do espaço doméstico como o local da mulher.

Além do mais, Saffioti (1995, p. 4) defende que “a violência masculina contra a mulher manifesta-se em todas as sociedades falocêntricas. Como todas o são, em maior ou menor medida, verifica-se a onipresença desse fenômeno.” Partindo deste

---

<sup>1</sup>Além de 7 em cada 10 entrevistados considerar que as brasileiras sofrem mais violência dentro de casa do que em espaços públicos, metade avalia ainda que as mulheres se sentem de fato mais inseguras dentro da própria casa. Dado retirado do Portal Compromisso e Atitude Pela Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/para-70-da-popula%C3%A7ao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dento-de-casa-do-que-em-espa%C3%A7os-publicos>.

<sup>2</sup>Os dados revelam que o problema está presente no cotidiano da maior parte dos brasileiros: entre os entrevistados, de ambos os sexos e todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. E 69% afirmaram acreditar que a violência contra a mulher não ocorre apenas em famílias pobres. Dado retirado do Portal Compromisso e Atitude Pela Lei Maria da Penha. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/para-70-da-popula%C3%A7ao-a-mulher-sofre-mais-violencia-dento-de-casa-do-que-em-espa%C3%A7os-publicos>.

princípio temos a seguinte indagação: as mulheres de Barreira compreendem a desigualdade de gênero e de violência de gênero? Quais medidas protetivas são acionadas por mulheres vítimas de violações?

No intuito de responder a indagação acima, o presente projeto de pesquisa buscará através dos métodos aplicados com uma abordagem qualitativa, identificar nas mulheres barreirenses o que estas compreendem por desigualdade de gênero e violência de gênero, bem como as medidas acionadas em caso de violação e se tais medidas são efetivas.

Dando continuidade às questões norteadoras deste trabalho temos as seguintes indagações: como a mulher barreirenses reage ao machismo e à violência de uma sociedade patriarcal? Esta sabe de todas as políticas públicas de assistência à vítima de tais violências? Esta sabe identificar quando é violentada? Como ela reage à violência contra ela? Ela denuncia? Se há denúncia em que local ela efetua tal denúncia? Qual o atendimento ela recebe e qual a qualidade? Se não denuncia, o que motiva o silenciamento?

Com o objetivo de responder a estes questionamentos, buscaremos dialogar com as mulheres vítimas de agressões para sabermos como ocorreu o processo de assistência a elas, procuraremos estabelecer um diálogo e iremos propor uma comunicação com o órgão responsável por receber e encaminhar as denúncias de agressões contra a mulher, e de orientação da vítima e de assistência à mesma, para que possamos absorver se as políticas de enfrentamento, de contenção e de assistência à vítima de violência de gênero ocorrem com efetividade no município de Barreira.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 Objetivo geral**

Compreender a violência contra a mulher no território interiorano de Barreira – CE através das narrativas de mulheres vítimas da referida violência.



## **4.2 Objetivos específicos**

- Conhecer o contexto social do município de Barreira – CE;
- Identificar o que as mulheres de Barreira – CE compreendem por violência de gênero;
- Descobrir quais os tipos de violências são mais expressas contra a mulher barreirense;

## **5 HIPÓTESE**

No município de Barreira – CE as políticas públicas desenvolvidas para amparar as mulheres vítimas de condutas ou ações, baseadas no gênero, que causem morte, danos físicos, sexual ou psicológico à mulher tanto na esfera pública ou privada, não chegam com sua totalidade e eficácia.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Com o intuito de estabelecer uma estrutura mais acertada para este estudo, que possui como tema a violência contra a mulher não urbana, mais precisamente no município de Barreira – CE, a revisão teórica deste trabalho estará pautada em um levantamento bibliográfico de autores que abordam as noções de gênero e ruralidade e de violência de gênero, para que possamos compreender como se dá a violência contra a mulher neste contexto.

Utilizaremos na revisão teórica deste estudo as seguintes fontes: O poder do Macho (1987) e Violência de Gênero: Poder e Impotência (1995) de Saffioti; Violência contra a mulher e políticas públicas de Blay (2003); Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul de Brumer (2004); Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas de Debert e Gregori (2008); Gênero e Geração em Contextos Rurais de Scott, Cordeiro e Menezes (2010); Reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres no século XXI de Lemos, Lopes e Oliveira (2013); e Políticas públicas para mulheres: uma análise do município de Ituiutaba (MG) de Cintra, Fabiano e Carvalho (2013).

De início trataremos um ponto mais geral que abordará as temáticas de gênero e ruralidade, será apontado neste ponto as noções de gênero e como este está posicionado no contexto não urbano. Na sessão seguinte teremos a temática da violência de gênero, e esta discussão é pautada na linha de compreensão que as autoras Saffioti (1987; 1995) Debert e Gregori (2008) e Scott, Cordeiro, e Menezes (2010), possuem acerca desta questão. E para finalizarmos a revisão teórica deste projeto trataremos das políticas públicas de contenção da violência de gênero. Neste espaço buscaremos apresentar questões como o que é compreendido por políticas públicas e, em seguida, emprega-se um diálogo com as autoras para gerar a compreensão de indagações acerca do que são políticas públicas para as mulheres e quais são estas existentes.

## **6.1 Gênero e ruralidades**

O termo gênero é empregado para designar uma identificação entre indivíduos do mesmo sexo, ou apontar uma diferenciação entre indivíduos de sexos diferentes, ou seja, este conceito é utilizado para identificar os indivíduos do sexo feminino, do sexo masculino e diferenciar ambos um do outro.

Para Scott (2010, p. 16), os termos gênero e geração estão relacionados por decorrência de hierarquias e relações de poder entre sexos e idades distintas, pois

cada indivíduo acha-se em um mundo que possui culturas diferentes e destinadas para cada sexo.

Partindo deste ponto podemos compreender que de acordo com o sexo e a idade o indivíduo nasce com uma cultura predestinado a ele, estas diferentes atribuições aos sexos podem ser visualizadas, para a mulher como a base cultural da perpetuação do machismo na sociedade.

O antropólogo Scott(2010, p.23), argumenta:

As hierarquias sugeridas nas categorias de gênero e geração estão em constante jogo nas redefinições, nas relações de poder entre homens e mulheres, ou entre mais velhos e mais novos, sejam estas relações construídas em referência à família (em todas as suas acepções), à comunidade, à articulação entre espaços diversos de convivência, ou às adesões institucionais que agenciam o pertencimento a uma ou outra destas categorias.

O autor trabalha os conceitos de gênero e geração agrupados, pois, para ele de acordo com o gênero, a idade e a geração de um indivíduo, estes fatores determinará sua inserção na hierarquia social de forma diferente.

Para Silva e Schneider (2010, p. 188), a mulher era prejudicada porque, “de forma geral, as possibilidades de emprego e renda fora da propriedade não se conciliavam com os cuidados com a família. Mulheres que se inseriam no mercado de trabalho, abandonavam a atividade quando nascia seu primeiro filho.” Com isto, podemos compreender a dificuldade que as mulheres encontram ao ter de ajustar vida profissional a vida materna e aos cuidados do lar, causando em muitos casos o abandono da profissão para dedicar-se apenas aos dois últimos.

Em conformidade com Scott (2010) e o que o autor trabalhou sobre a submissão da mulher a uma hierarquização de poder, no qual o homem está na condição de opressor da mulher, Silva e Schneider (2010, p. 189), asseguram que:

A própria seguridade social e a cobrança de impostos, baseadas numa noção de família onde há um provedor e um responsável pelos cuidados com a família, dificultavam a parceria no trabalho na propriedade e contribuíam para manter a divisão sexual do trabalho.

Silva e Schneider (2010, p. 189), declaram ainda que:

Além da obrigação do marido em ser o responsável pela família, desobrigando a herança para as mulheres, o trabalho realizado na propriedade, considerado “ajuda”, não legitimava, sequer para elas mesmas, o recebimento de parcela da herança, reforçando as formas

tradicionais de organização das famílias e a dependência em relação aos homens (pai, marido, ou filho). (2010, p. 189)

A autora Anita Brumer (2004, p.210), trabalha com os termos gênero e agricultura na perspectiva do local de fala do corpo feminino neste espaço masculinizado, com isto a autora escreve:

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como 'ajuda', mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Nesta mesma linha argumentativa, Scott reflete sobre a condição destas mulheres, que quando postas na posição de cônjuge e exercem alguma atividade remunerada estas possuem a atribuição do seu trabalho como uma fonte de auxílio na renda familiar, ou seja, o seu companheiro ou o indivíduo do sexo masculino continua como o provedor na renda familiar, acerca deste assunto Scott (2010, p.24) esclarece que:

[...] revelam mulheres que assumem plenamente as tarefas e que não podem ser concebidas como simplesmente "ajudando"; apontam mulheres que ganham políticas de crédito e de benefícios que apoiam o seu trabalho como as principais administradoras e tomadoras de decisão sobre recursos produtivos; [...] Ou seja, não restringir a compreensão de práticas femininas no campo a uma caracterização simplória de "ajuda" contribui para uma abordagem de gênero como relações de poder em constante negociação entre mulheres e homens em domínios de poder diversos.

Desta forma, os autores deixam claro que a mulher interiorana passou por um processo de extrema desvalorização de seu trabalho, de exclusão de seus direitos e que estas ações podem ser assimiladas como reforço a hierarquização e relações de poder em que a mulher é passiva de direitos e decisões.

## **6.2 Violência de gênero**

A violência de gênero se caracteriza com base em comportamentos e ações, que podem ter como resultado lesões corporais ou mentais à vítima. Compreende-se por violência de gênero a ação realizada com força ou impetuosidade

empreendida contra a vontade de uma das partes envolvidas. Em geral, este conceito é comumente utilizado quando quer se referir à violência contra a mulher, por questões de violências de natureza machista que subalternizam a condição feminina nos espaços públicos e privados.

Debert e Gregori (2008, p. 166), defendem que “gênero não é uma dimensão encapsulada, nem pode ser vista como tal, mas ela se intersecciona<sup>3</sup> com outras dimensões recortadas por relações de poder, como classe, raça e idade.” Diante disto apreendemos que por consequência das relações de poder distribuídas nas várias dimensões da sociedade e a hierarquia de poder, são agentes que contribuem para que as violências dispostas para com a mulher não urbana sejam um cruzamento entre várias extensões da divisão social, ou seja, a mulher interiorana esta interseccionada no meio do cruzamento da violência machista, do preconceito por não ser do centro urbano, em casos de mulheres que não possuem um alto poder aquisitivo; e muitas vezes por serem negras. A partir deste cruzamento de desigualdades de gênero, social e racial, podemos compreender que tais características são contempladas por mulheres de diversos territórios brasileiros, mas em especial esta interseccionalidade atinge as mulheres barreirenses por estas possuírem as características diversas que estão à margem do que a sociedade machista e capitalista idealizam como um único ideal de feminilidade.

A autora Saffioti (1995, p. 2) diz que:

[...] o quão generalizada é a violência de gênero, sobretudo a que acontece no interior do domicílio. [...] ela grassa como erva daninha desta gramática sexual que rege as relações entre homens e mulheres, aí se incluindo a impunidade dos perpetradores de atos considerados delituosos. Embora estas condutas estejam tipificadas no Código Penal brasileiro, são extensamente toleradas pela sociedade simplesmente por se tratar de violência cometida por homens. Com relação a mulher a sociedade revela muito menor ou nenhuma complacência.

Saffioti (1987, p. 8), propõe como tema de discussão a atribuição dos papéis a homens e mulheres e a diferença entre eles, nesse sentido a autora argumenta,

A identidade social da mulher, assim como a do homem, e construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita,

---

<sup>3</sup> O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido pela autora KimberleCrenshaw.

com bastante precisão, os campos em que *pode* operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que *pode* atuar o homem.

Sobre esta perspectiva de discrepância dos papéis distribuídos para homens e mulheres, Saffioti (1987) observa que as diferenças existentes entre as atribuições do homem e da mulher podem ser percebidas através das seguintes atribuições ao homem: este como responsável pelo âmbito público e social enquanto a mulher é predestinada socialmente aos cuidados da casa, dos filhos e da família. Podemos compreender esta forma de divisão social hierárquica dos gêneros como uma violência cometida contra a mulher e o seu direito de livre expressão. Nesta mesma linha Saffioti (1987, p. 1011), propõe que:

No momento atual, dada a ação prolongada do ser humano sobre a natureza, praticamente tudo que cerca as populações traz o carimbo sociocultural. Não basta, entretanto, conhecer a capacidade humana de transformar o reino natural. E preciso atentar para o processo inverso, que consiste em naturalizar processos socioculturais. Quando se afirmar que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história.

Como Saffioti (1987, p. 16), afirma:

O poder do macho, embora apresentando várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não-brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detém poder junto a outras mulheres na relação amorosa.

A violência contra a mulher pode ser expressa de várias formas e por diversas ações que são compreendidas pela sociedade com “motivos” para que esta ocorra, Saffioti (1987, p. 36), aponta nesta perspectiva que:

A sociedade não apenas aceita o adultério masculino como também encontra sempre uma maneira de justificá-lo através de condutas da esposa. A mulher acaba, quase sempre, sendo culpabilizada pelo seu próprio sofrimento. Se apanhou do marido, se foi por ele assassinada, e porque assim o mereceu. A polícia, a justiça, enfim, a sociedade transforma a vítima em ré, até depois de sua morte.

De acordo com Saffioti (1987), a violência que o homem perpetua contra a mulher é agudamente alta, tal violência não possui distinção de classe social, raça e outros parâmetros de divisão social, a autora coloca este como um fenômeno que ocorre escondido e que as denúncias não chegam a representar o número de mulheres quês são violadas, que são silenciadas. Para a autora a necessidade da criação de delegacias especializadas em violência contra a mulher denuncia o quanto esta violência contra as mulheres brasileiras está alarmante.

De acordo com Debert e Gregori (2008), a violência contra a mulher não se limita apenas à violência contra ao cônjuge, ou seja, as violências que atingem a mulher não se limitam ao espaço privado do domicílio, mas que a mulher está vulnerável à violência contra ela no âmbito público e não apenas no espaço privado de seu domicílio.

Para Scott, Rodrigues e Saraiva (2010. p.66), os elementos que são contribuintes para a violência contra a mulher interiorana<sup>4</sup> podem ser apontados pelos seguintes fatores: a distância entre as moradias, os transportes precários e a más comunicações para localidades de difícil acesso. Tais fatores são colocados como aspectos contribuintes para que a violência contra estas mulheres perpetue – se ao longo dos anos.

Ainda para Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p.75), a vulnerabilidade das mulheres interioranas para com violência acometida contra elas pode ter como colaboração o fato de que:

As moradoras de São Paulo tinham maior escolaridade, menor número de filhos e maior incidência de renda própria comparada às da ZMP. Neste sentido renda, escolaridade e a existência de redes de apoio funcionam como meios de empoderamento contra a violência praticada pelos parceiros. Assim, as mulheres rurais estão “desprotegidas”, se encontram mais vulneráveis, visto que a educação é precária – quando existe – e sofrem com o desemprego, a falta de incentivo à produção e acesso à propriedade da terra.

Estes fatores como transportes precários, dificuldades de acesso as comunidades e a falta de possibilidades de empoderamento das mulheres para que

---

<sup>4</sup> Entre 2003 e 2013, se as taxas de homicídios femininos das UFs cresceram 8,8%, as das capitais caíram 5,8%, evidenciado um fenômeno já observado em mapas anteriores: a interiorização da violência, num processo em que os polos dinâmicos da violência letal se deslocam dos municípios de grande porte para municípios de porte médio. Dado retirado do Mapa da Violência 2015. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf)



estas possuam possibilidades de denunciar e sair de tal situação com segurança, foram apontados acima e tornando possível a compreensão de que a mudança desses aspectos podem ser ações que visem o início de uma libertação das opressões disparadas contra a mulher na sociedade, em especial, neste caso, contra a mulher interiorana.

### **6.3 Políticas públicas para conter a violência de gênero**

Compreendemos por políticas públicas as ações e decisões que o governo nacional, estadual ou municipal, tomam para planejar um setor público brasileiro que assegure um determinado direito de cidadania a determinados grupos étnicos, sociais, culturais e econômicos, garantindo-lhes os direitos à cidadania que são assegurados pela constituição.

Conforme as autoras Lemos, Lopes e Oliveira (2013), a partir da introdução da Constituição Federal de 1988, o Estado brasileiro possibilita que a população participe da construção da gestão do Governo, ou seja, os brasileiros obtiveram este espaço para a participação do processo de construção das políticas públicas, estas são resultados de demandas da população. Esta atuação do estado objetiva a minimização dos problemas sociais e elevação da equidade buscando o equilíbrio social.

De acordo com Lemos, Lopes e Oliveira (2013), a primeira ação de política pública desenvolvida e direcionada para a mulher foi a criação de delegacias especializadas na mulher, esta é conhecida como um órgão que é voltado para a repressão da violência contra a mulher. A necessidade de sua criação deu-se frente ao forte desrespeito e descaso no atendimento das delegacias não especializadas.

Ainda a esse respeito Lemos, Lopes e Oliveira (2013), defendem que “no entanto, a criação da delegacia especializada da mulher, embora represente um grande avanço nas lutas das mulheres, não se mostrou ser suficiente para inibir ou mesmo extinguir atos de violência contra a mulher.”

De acordo com Lemos, Lopes e Oliveira (2013, p.7), alegam ainda que:

[...] as ações do Estado, principalmente na forma de políticas públicas e metas de governo, não devem se dar de forma isolada, mas em consonância com um projeto real de mudança, em que a superação das desigualdades de gênero seja o seu principal objetivo, sem deixar

de lado, no entanto, a dimensão educativa do próprio Estado, atuando sobre valores, comportamentos e relações.

Cintra, Fabiano e Carvalho (2013), fazem a seguinte colocação acerca das assistências que as mulheres passaram a receber em um período de tempo de 10 anos até a atualidade:

Nos últimos anos, as conquistas femininas são inegáveis e cada vez mais as mulheres fazem valer seus direitos nas mais diversas áreas, nas mais diversas políticas. Nos últimos 10 anos, elas tem recebido atenção especial do governo federal. Prova disso, foi a criação em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com status de ministério, que inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens. No ano seguinte, o governo realizou a 1ª Conferência Nacional de Políticas para a Mulheres que foi um marco na afirmação dos direitos da mulher e mobilizou, por todo o Brasil, cerca de 120 mil mulheres que participaram, diretamente, dos debates e apresentaram as propostas para a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O 2º Plano foi elaborado a partir da 2ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, realizada em 2007 e vigorou até 2011, quando a terceira edição da Conferência foi realizada em Brasília. [...]O 3º Plano Nacional de Políticas para mulheres fica em vigor até 2013.

Como afirma Blay (2003, p.91), as organizações não governamentais (ONGs) feministas desempenham um papel fundamental na busca pela igualdade de gênero e de apoio a mulheres vítimas dessa desigualdade:

Ao movimento feminista se aglutinou uma série de grupos que atuaram cotidianamente a favor dos direitos a melhores condições de vida, pela anistia, pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. A formação de entidades voltadas a abrigar mulheres vítimas de violência doméstica não tardou a se formar. Por todo o Brasil grupos de ativistas, voluntárias, procuravam enfrentar todos os tipos de violência: estupros, maus tratos, incestos, perseguição a prostitutas, e infindáveis violações dos direitos humanos de mulheres e meninas. Diferentemente das décadas de 1910 e 1920, agora as denúncias destes crimes escondidos na e pela família tornaram-se públicos. Recebidos inicialmente com descrédito e sarcasmo pela mídia em geral, aos poucos foram reconhecidos (ver mais adiante essa transformação na imprensa escrita).

De acordo com isso, Lemos, Lopes e Oliveira (2013), defendem que em uma cultura sublinhada pela opressão, violência e desigualdade de gênero, as políticas públicas voltadas para a mulher devem ser atuantes de diversos âmbitos com

o objetivo de promover a modificação das relações para que ocorra a diminuição das desigualdades e da discriminação para com o corpo e o indivíduo feminino.

Neste projeto de pesquisa buscamos proporcionar uma conversação com as autoras no intuito de compreendermos o que são políticas públicas e quais destas políticas são voltadas para a contenção da violência contra a mulher, para que posteriormente na realização deste trabalho possamos investigar com maior segurança quais destas políticas públicas chegam eficazmente ao território de Barreira.

## **7METODOLOGIA**

Com o intuito de explanar a problemática da violência contra a mulher especificamente no município de Barreira, inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico que segundo Cervo, Bervian e Silva (2007, p.61) “é meio de formação por excelência e constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do *estado da arte* sobre determinado tema” sobre as questões de gênero e ruralidades, violência de gênero e políticas públicas para conter a violência de gênero, para que seja possível realizar a contextualização do que já fora produzido sobre este objeto de estudo. Portanto, todo o trabalho realizado nessa pesquisa terá a pesquisa bibliográfica como fonte norteadora tanto para a construção do projeto, elaboração dos instrumentos de coleta e discussão e análise dos dados.

O trabalho será desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, na tentativa de “[...] ver o mundo ‘*da violência contra a mulher*’ através dos olhos dos atores sociais e dos sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações sociais que desenvolvem” (GOLDENBERG, 2004, p.32, grifo nosso).

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa está direcionada à análise de casos de concretude, particularidades locais e temporais que se seguem das expressões e ações dos indivíduos locais. Nesse sentido, destacamos que:

Na pesquisa qualitativa a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.(GOLDENBERG, 2004, p.14).

Quanto ao delineamento da pesquisa, optou-se pelo estudo de caso, pois de acordo Yin (2001, p.21) “o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos.” Além do mais, o estudo de estudo é apropriado a este trabalho devido “a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações” (YIN, 2001, p.21). Sendo esta a melhor abordagem, tendo em vista a diversidade de casos de violência contra mulheres.

Para atender as exigências de um estudo de caso será adotada a pesquisa participante, pois como afirma Gil (2002, p.55):

A pesquisa participante mostra-se bastante comprometida com a minimização da relação entre dirigentes e dirigidos e por essa razão tem-se voltado sobretudo para a investigação junto a grupos desfavorecidos, tais como os constituídos por operários, camponeses, índios etc., e *por mulheres vítimas de violência* (grifo nosso)

A pesquisa participante possibilita conhecer uma dada realidade como ela se apresenta, tornando o trabalho não somente uma reflexão teórica, mas prática acerca do objeto estudado.

As técnicas adotadas para a realização desta pesquisa consistem de entrevistas semiestruturadas, grupo focal e observação direta. Com relação às entrevistas semiestruturadas “é uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e poder ser respondidas dentro de uma conversa informal” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.197). De modo que, partindo desta

técnica possamos levantar informações detalhadas que, posteriormente, serão analisadas.

Também faremos uso de grupo focal cujo objetivo “é estimular os participantes a falar e reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem.” (BAUER; GASKELL, 2002, p.75). A escolha do grupo focal justifica-se no fato de que os participantes encontram “um ambiente mais natural e holístico em que os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros” (BAUER; GASKELL, 2002, p.76). Ao fazer uso dessa técnica pretendemos proporcionar um espaço de diálogo entre mulheres vítimas de violência no sentido de entender a partir dos relatos a realidade a qual estão inseridas, servindo de base para o esclarecimento das questões suscitadas.

Por fim, adotaremos a observação direta como orienta Marconi e Lakatos (2003, p.222) “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.” Dessa forma, estas técnicas visam compreender as relações sociais a que as participantes estão inseridas por meio de suas experiências com a violência de gênero na sociedade barreirense.

Quanto aos instrumentos, optou-se pelo uso de gravadores de áudio com prévio consentimento das entrevistadas, em caso de rejeição será adotado o diário de campo, sendo este usado para fazer anotações “quando se traduzem as ideias de outrem com as próprias palavras” (CERVO, BERVIAN e SILVA, 2007, p.82).

Quanto aos dados, serão do tipo primário e secundário, os quais serão analisados qualitativamente porque buscamos “uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social.” (GOLDENBERG, 2004, p.49).

Este projeto de pesquisa será desenvolvido no município de Barreira – CE que fica aproximadamente 64 km de Fortaleza (BARREIRA, 2018), através de um diálogo com o Sindicato de Barreira, Sindicato dos Servidores Públicos e Municipais de Barreira e Acarape (SINSEMBA). As mulheres barreirenses serão contactadas pelo Sindicato e convidadas a participar do grupo focal e posteriormente da entrevista, sendo opcional para as mulheres participarem apenas do grupo focal, apenas da entrevista ou de ambos.

O espaço no qual será realizado o grupo focal e as entrevistas será no referido Sindicato, durante um período de três meses de grupo focal com as mulheres indicadas pelo sindicato para participar.

## REFERÊNCIAS

BARREIRA, Município de. **Cidade Brasil**: Município de Barreira. Disponível em: <[www.cidade-brasil.com.br/municipio-barreira.html](http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-barreira.html)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem**: Um manual prático. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, São Paulo, v.17, n.49, p.87-98, 2003.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, [s.l.], v. 12, n. 1, p.205-227, abr. 2004.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007, 162p.

CINTRA, S. V.; FABIANO, M. D.; CARVALHO, P. B. de. Políticas públicas para mulheres: uma análise do município de Ituiutaba (MG). *In*: III SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, **Anais...**, Belo Horizonte-MG, p.1-13, jun. 2013.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo-SP, v.23, n.66, p.166-221, 2008.

FLICK, Uwe. **Métodos de Pesquisa: Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. São Paulo: Artemed, 2009.

GOLDENBER, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa *Versus* Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília-DF, v.22, n.2, p.201--210, 2006.

LEMONS, L. T. C.; LOPES, D. R. C.; OLIVEIRA, M. A. L. de. Reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as mulheres no século XXI. *In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLITICAS PÚBLICAS: O desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, dominação e a humilhação, Anais...*, São Luís, Maranhão, Brasil, p.1-9, ago. 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, 134p.

\_\_\_\_\_. **Violência de gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro-RJ: RevinterUda, 1995.

SCOTT, P. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. *In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. Gênero e geração em contextos rurais: Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.15-33.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. *In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. Gênero e geração em contextos rurais: Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p. 63-93.

SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, *In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. Gênero e geração em contextos rurais: Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010, p.183-207.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed.Porto Alegre: Bookman, 2001.

